

XIII ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITOS CULTURAIS

A CIDADE E O TEMPO: UM OLHAR SOBRE OS TOMBAMENTOS EM ITAJAÍ – SC

THE CITY AND TIME: A LOOK AT THE LISTING OF HISTORICAL HERITAGE IN ITAJAÍ – SC

Evelise Moraes Ribas¹
Luana de Carvalho Silva Gusso²

RESUMO

Esse trabalho apresenta uma pesquisa em construção e busca lançar um olhar sobre os patrimônios materiais tombados a partir dos seus processos de patrimonialização e compreendê-los como testemunhos da história de Itajaí. Para isso, os bens tombados são apresentados e analisados nas suas particularidades e nos discursos dos processos de tombamento. São fontes de pesquisa os arquivos dos processos de tombamento, do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, as legislações que dispõem sobre a proteção do patrimônio cultural e as próprias edificações. A metodologia utilizada é a análise do discurso, baseada nos estudos de Michel Foucault (1996), com objetivo compreender as relações entre linguagens, histórias e interesses dos grupos sociais presentes nos textos e documentos, de acordo com o recorte temporal que é definido entre a criação da primeira lei municipal de preservação do patrimônio cultural (1982) até a atualidade. Como suporte teórico para as análises são fundamentais os estudos de Edison D'Ávila (2018), José Roberto Severino (1999), Cristiane Manique Barreto (1997), Janice Gonçalves (2016), Moacir da Costa (2010), José Bento Rosa da Silva (2021), Ilka Boaventura Leite (1990), Azânia Romão Nogueira (2018), Márcia Chuva (2012), Laurajane Smith (2006), Diego Machado (2018), Humberto Cunha Filho (2018).

Palavras-chave: Cidade. Tombamento. História. Direitos culturais. Patrimônio cultural.

ABSTRACT

This work presents research under construction and seeks to take a look at the listed material heritage from its patrimonialization processes and understand them as testimonies of the history of Itajaí. To this end, the listed assets are presented and analyzed in their particularities and in the discourses of the listing processes. Sources of research are the archives of the listing processes, the Municipal Cultural Heritage Council, the legislation that provides for the

¹ Doutoranda e Mestra em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE, Historiadora pela Universidade do Vale do Itajaí – Univali. Professora na Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. Email: evedemoraes@gmail.com.

² Pós-doutora pela Universidade de Coimbra e Centro de Estudos em Direitos Humanos - Ius Gentium Conimbrigae - na área de Democracia e Direitos Humanos (2013), com Mestrado (2008) e Doutorado em Direito do Estado pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná (2012). Professora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, do Curso de Direito e de Psicologia da Universidade da Região de Joinville - Univille. Email: lu_anacarvalho@yahoo.com.br.

XIII ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITOS CULTURAIS

protection of cultural heritage and the buildings themselves. The methodology used is discourse analysis, based on the studies of Michel Foucault (1996), with the aim of understanding the relationships between languages, histories and interests of social groups present in texts and documents, according to the time frame that is defined between the creation of the first municipal law for the preservation of cultural heritage (1982) to the present day. As theoretical support for the analyses, the studies by Edison D'Ávila (2018), José Roberto Severino (1999), Cristiane Manique Barreto (1997), Janice Gonçalves (2016), Moacir da Costa (2010), José Bento Rosa da Silva (2021), Ilka Boaventura Leite (1990), Azânia Romão Nogueira (2018), Márcia Chuva (2012), Laurajane Smith (2006), Diego Machado (2018), Humberto Cunha Filho (2018).

Keywords: City. Listing of historical heritage. History. Cultural rights. Cultural heritage.

Introdução

Esse trabalho apresenta uma pesquisa em construção: os estudos iniciais para uma tese de doutorado que parte da curiosidade e das inquietações sobre a história do patrimônio cultural na cidade de Itajaí, suas tensões e conflitos. A cidade atual carrega em si a cidade do passado, presente nas edificações e monumentos construídos através dos tempos. Para compreender a história da cidade, é fundamental entender o percurso de testemunhos, pistas e vestígios e qual a importância da sua presença na atualidade.

Aqui, os testemunhos e vestígios da Itajaí do passado são as edificações reconhecidas como patrimônio cultural material pelo instrumento legal do tombamento. Um conjunto de dezenove bens tombados, em diferentes estados de conservação, localizados em sua maioria na área central da cidade. Alguns com forte apelo social pela preservação, outros em processo de arruinamento. Por vezes objetos de disputas judiciais e presentes nas capas de jornais. Locais com diferentes usos, uns públicos, outros privados, de acesso público ou fechados. Fachadas marcantes na paisagem. É possível compreender como a cidade se relaciona com sua história a partir do patrimônio cultural material? Qual a importância dessas edificações para a história da cidade? Que relações sociais, que conflitos, que tensões e disputas essas edificações evidenciam?

Essas questões contribuirão para definição do tema de pesquisa da tese, que visa abordar os conflitos e perspectivas na gestão pública do patrimônio cultural material, a partir das políticas públicas de tombamento em Itajaí, considerando o direito à memória e ao patrimônio um direito cultural.

XIII ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITOS CULTURAIS

Ou seja, a pesquisa em andamento parte da atual quantidade de bens patrimonializados, as motivações para seu tombamento, seu estado de conservação, os sentidos atribuídos a essas edificações, sua relação com a configuração urbana da cidade. A proposta de estrutura da tese é uma organização em três partes, em que a primeira parte abordará o percurso dos tombamentos em Itajaí, com vistas a construir uma história desses tombamentos a partir das fontes documentais. As análises preliminares dessa primeira parte e os respectivos teóricos que as amparam compõem este trabalho, bem como a apresentação das fontes e a escolha metodológica da pesquisa. A segunda e terceira partes propostas, ainda não iniciadas, tratarão de uma análise aprofundada das leis de proteção ao patrimônio e uma análise das perspectivas futuras da gestão do patrimônio cultural em Itajaí.

Por isso, esse trabalho é um mapeamento inicial do atual contexto dos tombamentos na cidade de Itajaí, construído a partir da análise das fontes documentais: arquivos dos processos de tombamento, documentos do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, as legislações que dispõem sobre a proteção do patrimônio cultural e as próprias edificações.

Compreender o sentido e a importância de edificações patrimonializadas em uma cidade demanda conhecer as políticas de preservação do patrimônio cultural através dos tempos e isso perpassa inevitavelmente por conhecer história da cidade e como ocorreu sua formação social, suas relações políticas, econômicas e de poder.

Nesse sentido, os historiadores Edison D'Ávila (2018), José Roberto Severino (1999), Cristiane Manique Barreto (1997), Moacir da Costa (2010) e José Bento Rosa da Silva (2021) contribuem para o aporte teórico sobre a história de Itajaí. Em seus estudos, Edison D'Ávila (2018) aborda a formação da cidade desde a ocupação colonial da região até as mudanças no âmbito político, no início do século XX. Outro teórico fundamental é José Roberto Severino (1999), que auxilia a pensar sobre a construção das identidades na cidade a partir da invenção da festa Marejada enquanto uma tradição. O autor debate sobre os discursos sobre a hegemonia da colonização luso açoriana e a pluralidade de identidades na formação da cidade, e compreende a construção dessa identidade como uma identidade 'maquiada' que impacta nas manifestações e no patrimônio cultural em Itajaí.

A formação das elites no Vale do Itajaí e sua influência na cidade é o tema dos estudos de Cristiane Manique Barreto (1997) abordada a partir da constituição das redes de relações econômicas, sociais e políticas desses grupos sociais. A autora analisa os movimentos de

XIII ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITOS CULTURAIS

imigração alemã e italiana na região que já era ocupada por luso-açorianos, suas relações e tensões.

Os teóricos Moacir da Costa (2010), José Bento Rosa da Silva (2021) tem como foco de suas pesquisas a presença da comunidade negra em Itajaí, sua marginalização e suas contribuições para a memória da cidade, a partir de suas práticas culturais como a Festa de Nossa Senhora do Rosário e o Clube Sebastião Lucas, espaço de sociabilidade da comunidade negra em Itajaí desde 1952. Para discutir as tensões na construção de memórias e na ocupação de territórios por esse grupo social, Ilka Boaventura Leite (1990) e Azânia Romão Nogueira (2018) auxiliam a pensar sobre o conceito de territórios negros e as lutas da comunidade negra por ocupar espaços na cidade.

Janice Gonçalves (2016) discute como valorização da imigração alemã e sua importância como força motriz do desenvolvimento da região reflete nas políticas patrimoniais do estado de Santa Catarina. A autora constrói uma cronologia institucional a nível federal e estadual, e analisa as fases das políticas de preservação patrimonial catarinense, com foco nos tombamentos realizados pelo IPHAN e pelos órgãos estaduais.

Márcia Chuva (2012) analisa a história da política de preservação do patrimônio cultural no Brasil e seus desdobramentos éticos e políticos, contribuindo para a percepção dos discursos de poder, dos conflitos e tensões nos processos de patrimonialização. Outra autora essencial nesse sentido é Laurajane Smith (2006), ao apontar os estudos do patrimônio como uma área de análise política. Seu trabalho apresenta uma nova visão de patrimônio para além de um simples um “objeto” ou “lugar”, pois coloca o patrimônio como um processo cultural de significação e memória.

Diego Machado (2018) também aborda as tensões no campo do patrimônio. Para ele, a maneira como os bens e os patrimônios são organizados e reconhecidos dentro de uma sociedade estabelece uma ordem patrimonial. Esse conceito vai além da simples questão de propriedade, envolvendo também aspectos jurídicos, culturais e sociais que definem a relação de indivíduos e grupos com o que possuem.

A compreensão da preservação do patrimônio como exercício dos direitos culturais garantidos pela Constituição Federal de 1988 é o cerne dos estudos de Humberto Cunha Filho (2018), que discute o reconhecimento e a proteção do patrimônio cultural como parte fundamental dos direitos humanos, essenciais para a preservação da identidade e da diversidade cultural das sociedades. Para o autor, o patrimônio cultural e os direitos culturais são

XIII ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITOS CULTURAIS

interdependentes. A promoção e a proteção do patrimônio são necessárias para o exercício do pleno dos direitos culturais, contribuindo para a dignidade e o desenvolvimento das comunidades.

Metodologia

Para Foucault (1996), há uma conexão profunda entre conhecimento e poder na coletividade. O filósofo argumenta que o discurso que organiza a sociedade é sempre articulado por aqueles que possuem saber e autoridade. Assim, trata-se de uma abordagem qualitativa de análise. O foco do estudo é o próprio discurso apresentado nas fontes, o que significa analisar o contexto da estrutura político-social onde se inserem os discursos relacionados às ações de políticas públicas sobre a gestão do patrimônio cultural. O objetivo principal desta análise é descobrir as relações entre as linguagens, histórias e interesses dos grupos sociais refletidos nos textos e documentos da pesquisa, conforme os recortes temáticos e temporais definidos.

Os estudos para a tese em desenvolvimento encontram-se na fase de mapeamento e análise documental. A partir de uma leitura cuidadosa, o foco não está apenas ao conteúdo explícito, mas também às escolhas linguísticas, estrutura do texto e quaisquer pistas que possam apontar para conflitos e interesses nos processos de patrimonialização. As informações são registradas em fichas de análise para registrar e orientar a produção escrita posterior.

Resultado e discussão

As edificações tombadas encontram-se em sua maioria no perímetro central da cidade, no chamado sobrezoneamento do centro histórico, área delimitada pelo Plano Diretor, recém sancionado³. São de fácil localização e acesso, o que permite um acompanhamento contínuo dos seus estados de conservação. Apenas dois bens tombados estão fora do perímetro central: a Estação Engenheiro Vereza (Museu Etno-arqueológico de Itajaí), no bairro Itaipava, e o Clube Sebastião Lucas, que fica no bairro Vila Operária, bem próximo ao centro da cidade.

³ Lei Municipal 499/2024.

XIII ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITOS CULTURAIS

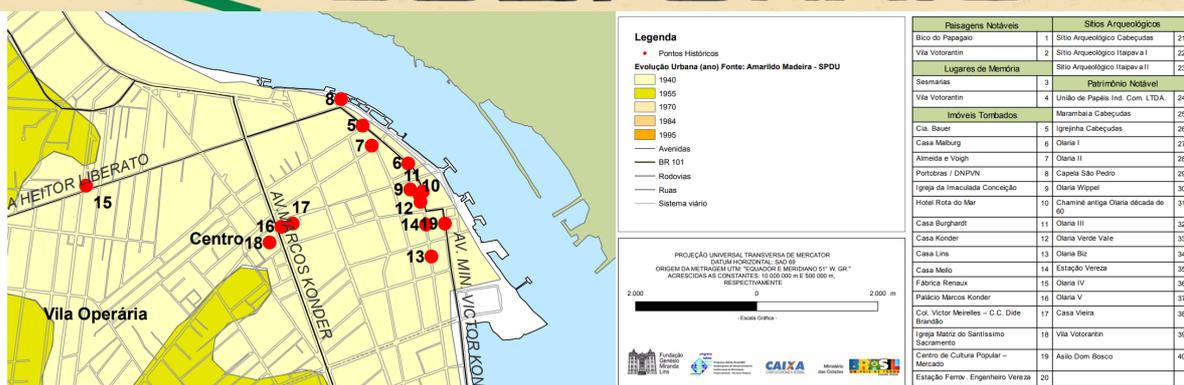


Figura 1 e 2 - Mapa Histórico do Plano Diretor de Itajaí (detalhe Centro Histórico e legendas).

Para melhor compreender a cronologia dos tombamentos em Itajaí, é importante observar as datas de patrimonialização nos níveis municipal e estadual. Característica marcante do início do processo de patrimonialização, os tombamentos em lote, em decretos seguidos e em uma mesma data, tanto pelo município como pelo estado evidenciam uma preocupação em garantir o reconhecimento do patrimônio cultural material e sua importância para as identidades municipal e estadual.

A tabela a seguir está ordenada pela data de tombamento em nível municipal, do mais antigo para o mais recente. Apesar de poucas diferenças, ora o município tendo a iniciativa do primeiro tombamento, ora o estado, fica evidente nessa primeira fase dos tombamentos que o olhar de ambos os níveis estava direcionado para as mesmas edificações. Destacam-se os nomes das casas relacionados às famílias que as construíram: Konder, Burghardt, Malburg, instituições públicas como o Grupo Escolar Vitor Meirelles, a Superintendência Municipal (Palácio Marcos Konder), e a Casa da Fiscalização dos Portos.

Tabela 1 - Edificações tombadas em Itajaí. Fonte: elaborada pela autora.

Edificação	Ano de construção	Ato Tombamento Municipal Decreto	Ato Tombamento Estadual Decreto
1. Casa Burghardt	1902	D 5959 de 17/12/1998	D 3460 de 23/11/2001
2. Casa Konder	1898-1904	D 5756 de 17/12/1998	D 3460 de 23/11/2001
3. Grupo Escolar Victor Meirelles (Casa da Cultura Dide Brandão)	1913	D 5757 de 17/12/1998	D 3460 de 23/11/2001
4. Mercado Público	1917	D 5755 de 17/12/1998	D 3460 de 23/11/2001
5. Palácio Marcos Konder (Museu Histórico)	1925	D 5758 de 17/12/1998	D 3460 de 23/11/2001
6. Casa Malburg	1915	D 5909 de 27/04/1999	D 3460 de 23/11/2001
7. Fábrica Renaux (Biblioteca Pública Municipal)	1920	D 5910 de 27/04/1999	x
8. Antiga Fiscalização dos Portos	1930* década	D 5992 de 06/10/1999	D 3460 de 23/11/2001
9. Casa Lins (Arquivo Público)	1910	D 6017 de 02/12/1999	x
INTERVALO DE 02 ANOS SEM TOMBAMENTOS			
10. Estação Ferroviária Engenheiro Vereza (Museu Etno-Arqueológico)		D 6577 de 30/07/2002	x
INTERVALO DE 04 ANOS SEM TOMBAMENTOS			

XIII ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITOS CULTURAIS

Edificação	Ano de construção	Ato Tombamento Municipal Decreto	Ato Tombamento Estadual Decreto
11. Casa Almeida e Voigt	1928	D 7924 de 26/06/2006	D 3460 de 23/11/2001
12. Casa Bauer	1924	D 7925 de 26/06/2006	D 3460 de 23/11/2001
13. Hotel Rota do Mar	1897	D 7927 de 26/06/2006	D 3460 de 23/11/2001
14. Igreja da Imaculada Conceição	1924- 1935	D7926 26/06/2006	D 2994 de 25/06/1998
15. Sociedade Sebastião Lucas	1952	D 8252 de 08/06/2007	x
16. Capela Santa Terezinha		D 8417 de 16/11/2007	x
INTERVALO DE 13 ANOS SEM TOMBAMENTOS			
17. Herbário Barbosa Rodrigues	1950	D 12096 de 18/12/2020	x
18. Edifício Olympio	1920-1930*	D 13212 de 28/03/2024	x
19. Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento	1941 - 1955	x	D 3459 de 23/11/2001

É importante lembrar que, no Brasil, a noção de patrimônio cultural surgiu intimamente ligada ao processo de construção de uma identidade nacional, no início do século XX, quando a jovem república buscava caminhos para escolher elementos que construíssem uma imagem moderna, civilizada e original do país. Chuva (2012, p.70) coloca que:

No contexto Primeira República, a imagem de um “país civilizado” estava bastante associada ao gosto europeu, bem como a ideia de superação do atraso da cultura popular, marcada pela rusticidade dos costumes, das cidades e suas construções. Aqueles hábitos e costumes do povo deveriam ser induzidos ao desaparecimento, do mesmo modo que os vestígios materiais do período colonial eram apagados pelas reformas urbanas realizadas.

Como todas as cidades que tiveram a origem de sua ocupação colonial entre os séculos 16 e 18, no início do século XX Itajaí também buscou construir um discurso de uma identidade digna de ser valorizada, que se reflete na arquitetura daquele período na cidade e nas posteriores iniciativas de preservação das edificações desse período como patrimônio cultural.

Dentre as edificações mais antigas tombadas, destacam-se as casas das famílias Konder, Burghardt e Malburg, concluídas em 1904, 1902 e 1915, respectivamente, e o Mercado Público de Itajaí, concluído em 1917. Uma importante característica une essas edificações: a arquitetura eclética de forte influência europeia.

Itajaí foi um local de chegada de imigrantes, devido a sua localização geográfica e ao seu porto natural na foz do rio Itajaí-Açu. Sua história está ligada diretamente à história da região do Vale do Itajaí e de todo o estado de Santa Catarina. Seu desenvolvimento impulsionado pela atividade portuária e de comércio tem suas origens na chegada de imigrantes europeus que se estabeleceram e, a partir de atividades comerciais, formaram uma elite econômica, e posteriormente política em Itajaí. Barreto (1997), propõe pensar a relação entre a formação das

XIII ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITOS CULTURAIS

elites no vale do Itajaí e o movimento de imigração europeia, especialmente germânica, na região.

Esta elite, durante a primeira república em Itajaí, foi se construindo a partir de espaços próprios, seja nos clubes, nos cinemas, no footing, praia etc., onde se percebe a demarcação de espaços e até horários diferenciados para os populares. (Barreto, 1997, p. 30).

A relação entre o patrimônio cultural e os contingentes europeus em Santa Catarina foi abordada nos estudos de Gonçalves (2016), em que analisa as políticas públicas estaduais de proteção do patrimônio cultural. A autora faz reflexões sobre como o patrimônio de origem imigrante foi privilegiado na política estadual no final do século XX e início do século XXI.

Nesses tombamentos estaduais, a história e o patrimônio de Santa Catarina foram prioritariamente interpretados na sua relação com os contingentes europeus que ocuparam e povoaram diferentes áreas do território, desde o século XVIII, e sobretudo no século XIX. (Gonçalves, 2016, p. 175).

Severino (1999), ao analisar as transformações sociais e políticas globais no final do século XX, traz reflexões importantes sobre o processo de globalização e suas relações com as identidades e o patrimônio cultural quando coloca que:

A partir da denominada globalização, deparamo-nos com um fenômeno que, se não é novo, é ao menos recorrente. Trata-se da busca de identidades, de nacionalismos, de aspectos culturais que deem sentido a grupos e comunidades. É a busca de um ‘catalisador’ cultural, frente ao avassalador avanço da tão propalada globalização. Através de tentativa de resgate de elementos culturais e étnicos, ocorre a invenção (ou reinvenção) de tradições. Paradoxalmente, ocorre que o mundo que se mostra internacionalizado e sem fronteiras, possibilita o surgimento (ressurgimento) de identidades e tradições locais. Severino (1999, p. 48).

Considerando os primeiros tombamentos em Itajaí pode-se notar a intencionalidade de reconhecimento e representatividade de uma elite imigrante e europeia, de projeção econômica e política, vinculada à construção de uma identidade local diretamente relacionada às identidades regionais do sul do país, fortemente marcadas pelo pioneirismo germânico e seus valores de trabalho, organização, civilização e prosperidade. Dos dezenove bens tombados na cidade, dez foram tombados pelo município entre dezembro de 1998 e julho de 2002, um intervalo de menos de quatro anos.

As informações de cronologia dos processos de patrimonialização trazem outros aspectos importantes a serem aprofundados no decorrer da pesquisa, bem como complementados pela análise de outras fontes, como os períodos de intervalos sem processos de tombamento, o que pode significar períodos de inércia ou inatividade das instituições

XIII ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITOS CULTURAIS

responsáveis pelas políticas de proteção ao patrimônio. Outro ponto a ser analisado é o reconhecimento do patrimônio religioso, tendo três igrejas católicas tombadas.

Porém, ao se discutir representatividade e reconhecimento de identidades culturais a partir do patrimônio edificado, é indispensável analisar o caso do Clube Sebastião Lucas, espaço de sociabilidade da comunidade negra em Itajaí, fundado em 1952 para acolher eventos e atividades dessa comunidade que era proibida de frequentar outros espaços sociais numa prática racista que persistiu na cidade até meados da década de 1980. Dos dezenove patrimônios culturais materiais tombados, o Clube é o único que representa a presença da comunidade afro-brasileira em Itajaí. Para Gonçalves (2016, p.176), um dado que chama a atenção no mapa patrimonial de Santa Catarina é o silêncio e o apagamento em relação à produção cultural de grupos indígenas e afrodescendentes em detrimento do destaque à preservação em torno da imigração europeia.

O tombamento do Clube Sebastião Lucas ocorreu em 2007. Itajaí passava por um período de fortalecimento político e maior participação popular. Movimentos sociais organizados mobilizados junto a uma nova gestão municipal mais sensibilizada às políticas de inclusão social étnico-racial. Esse cenário favoreceu para que a administração municipal acolhesse a demanda de proteção do clube, levantada pelo Movimento Negro com a alegação que o clube estava sob ameaça da especulação imobiliária e a crescente verticalização do bairro Vila Operária. O rito legal foi obedecido e o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural encaminhou o processo de tombamento. Em 08 de junho de 2007, foi publicado o Decreto nº 8252⁴ que homologa o tombamento da Sociedade Cultural e Beneficente Sebastião Lucas Pereira.

Após o tombamento, o Clube ainda funcionou por alguns anos, mas devido a problemas de gestão da associação mantenedora foi fechado. A associação esteve irregular até início de 2024, e a atual gestão vem realizando diversas iniciativas com apoio da administração municipal para recuperação do clube, cuja edificação está em péssimo estado de conservação e interdita para uso.

O caso do Clube Sebastião Lucas é emblemático sobre como as populações negras disputam espaços na cidade, a fim de estabelecer seus territórios e como isso reflete nas políticas de proteção ao patrimônio. O não reconhecimento dos territórios e patrimônios negros nas

⁴ ITAJAÍ, Santa Catarina. **Decreto nº 8252, de 08 de junho de 2007**. Homologa o tombamento da Sociedade Cultural e Beneficente Sebastião Lucas Pereira. Portal Leis Municipais. <https://leismunicipais.com.br/> Acesso em: 13 de outubro de 2024.

XIII ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITOS CULTURAIS

idades evidencia o racismo e a hierarquização de grupos sociais e suas identidades, privilegiando uns em detrimento de outros.

A escolha pelo território se dá pela importância das relações de poder neste conceito e a necessidade de debater o racismo como estratégia de hierarquização de grupos raciais distintos. É, assim, um exercício sobre as relações de poder. (...) As relações de poder vão além da dimensão política, considerando também os aspectos simbólicos, como a identidade, que também tem forte papel na constituição de territórios. (NOGUEIRA, 2018, P.36)

É essencial compreender como territórios raciais se constituem para contemplar as especificidades desses espaços nas políticas públicas e projetos de cidade, garantindo um olhar heterogêneo e equalitário para os habitantes do município. Além disso, a lógica de ocupação de determinado espaço por uma população racializada também pode nos dizer muito sobre as assimetrias de poder entre grupos raciais distintos e de que forma as desigualdades são reproduzidas através dos períodos históricos. (NOGUEIRA 2018, P. 49).

Se o patrimônio cultural constitui um conjunto de elementos fundamentais para conhecer a história de uma cidade e de seus grupos sociais, é de se ressaltar que as políticas de proteção ao patrimônio cultural sejam equitativas e contemplem as múltiplas identidades culturais presentes na formação da sociedade.

Conclusão

Ao buscar informações ou tentar encontrar padrões na política de preservação aplicada em nível municipal, ainda foi possível identificar com clareza critérios ou diretrizes que orientem ações e políticas públicas de proteção ao patrimônio histórico. As fontes documentais são volumosas e estão em processo de análise e encaminhamento aprofundamentos sobre os processos de tombamento, a partir da sistematização das informações coletadas. Questões como o impacto das mudanças das gestões governamentais, as composições do conselho de patrimônio, a atuação dos órgãos governamentais de proteção ao patrimônio, processos de judicialização serão abordados nos desdobramentos do estudo aqui iniciado. A identificação de cada edificação tombada, a partir de suas características arquitetônicas, históricas e jurídicas também está em processo.

Compreendendo o patrimônio cultural como dimensão fundamental para o fortalecimento das relações de identidade e exercício da cidadania, e considerando a mutabilidade permanente do campo do patrimônio como uma área de estudos em permanente atualização, os desafios dessa pesquisa estão relacionados ao entendimento das políticas de proteção e gestão do

XIII ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITOS CULTURAIS

patrimônio cultural como políticas de garantia dos direitos culturais, e por conseguinte, dos direitos humanos. Para Cunha Filho (2018, p. 28):

Com essa base argumentativa, acrescentando uma noção valorada de cultura, como a intervenção humana em favor da dignidade, passa-se a entender que direitos culturais são aqueles relacionados às artes, à memória coletiva e ao fluxo dos saberes que asseguram aos seus titulares o conhecimento e uso do passado, interferência ativa no presente e possibilidade de previsão e decisão referentes ao futuro, visando sempre à dignidade da pessoa humana.

Alguns questionamentos feitos no início da pesquisa já foram superados, porém outras demandas surgiram, das mesmas curiosidades e inquietações. Ao final do percurso que se desenha, espera-se compreender a formação dos discursos sobre patrimonialização dos bens materiais em Itajaí e seus impactos nas políticas públicas atuais. Os possíveis desdobramentos deste trabalho apontam para estudos e projetos que proponham melhorias nas ações de proteção ao patrimônio cultural na cidade, especialmente ferramentas que garantam uma maior participação popular. Outros caminhos possíveis são reflexões sobre o tema em municípios do mesmo porte de Itajaí que vivam contextos semelhantes na proteção ao patrimônio cultural material.

Referências

CHUVA, Márcia. **Preservação do patrimônio cultural no Brasil: uma perspectiva histórica, ética e política.** In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

COSTA, Moacir da., SILVA, José Bento Rosa da. **Negros em Itajaí.** Da invisibilidade à visibilidade: 150 anos de história. Itajaí: Casaberta, 2010.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto; **Teoria dos direitos culturais: fundamentos e finalidades.** São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2018.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo, Ed. Loyola, 1996.

GONÇALVES, Janice. **Figuras de Valor:** patrimônio cultural em Santa Catarina. Itajaí: Casa Aberta Editora, 2016.

XIII ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITOS CULTURAIS

Itajaí, Santa Catarina. Lei Nº 2037, de 23 de dezembro de 1982. **Dispõe Sobre A Proteção do Patrimônio Cultural e Estadual do Município e Cria o Órgão Competente.** <https://leismunicipais.com.br/> Acesso em: 04 de novembro de 2023.

Itajaí, Santa Catarina. Lei Nº 449, de 11 de março de 2024. **Institui o Plano Diretor de Gestão E Desenvolvimento Territorial De Itajaí.** <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-itajai-sc>. Acesso em: 25 de maio de 2024.

LEITE, Ilka Boaventura. Território negro em área rural e urbana - algumas questões. In: LEITE, Ilka Boaventura. **Terras e territórios de negros no Brasil.** Caderno Textos e Debates, Publicação do Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas- UFSC. Ano I, nº 2, 1990.

MACHADO, Diego Finder. **Marcas da profanação:** versões e subversões da ordem patrimonial em Joinville-SC. Tese (Doutorado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2018.

NOGUEIRA, Azânia Mahin Romão. **Territórios negros em Florianópolis;** Orientador, Nazareno José de Campos, 2018. 137 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Geografia, Florianópolis, 2018.

RUBIM, ANTONIO ALBINO Canelas. **Políticas culturais no Brasil:** tristes tradições. Revista Galáxia, núm. 13, 2007, pp. 101-113. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

SEVERINO, Beto. **Itajaí e a identidade açoriana:** a maquiagem possível. Dissertação no Programa de Pós-graduação em História - Universidade Federal de Santa Catarina. 1998.

SILVA, José Bento Rosa da. **Braços Negros na Foz do Itajaí (SC):** Ensaio Histórico 1871-1905. Itajaí: Traços e Capturas, 2021.

SMITH, Laurajane. **Uses of heritage.** Tradução: Diego Finder Machado. London, New York: Routledge, 2006.